

Luisa Romão

***O PROCESSO ESTRUTURAL
ENQUANTO FERRAMENTA DE
IMPULSO À UNIVERSALIZAÇÃO DO
SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL***

2024

**EDITORA
CEI**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. APRESENTANDO A FERRAMENTA: O PROCESSO ESTRUTURAL E O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
1.1 Elucidando Conceitos.....	12
1.1.1 <i>Problema Estrutural</i>	12
1.1.2 <i>Litígio Estrutural</i>	13
1.1.3 <i>Decisão Estrutural e Provimentos em Cascata</i>	18
1.1.4 <i>Processo Estrutural</i>	23
1.2 Balizas para a Intervenção Judicial na Implementação de Políticas Públicas no Brasil	30
1.2.1 <i>Papel do Poder Judiciário no Controle de Políticas Públicas</i>	30
1.2.2 <i>Superação do Ideal de Separação Estrita de Poderes</i>	35
1.2.3 <i>Atuação do Poder Judiciário como Fiscal da Implementação de Políticas Públicas</i>	37
1.2.4 <i>Legitimidade Democrática e Garantia da Igualdade Material</i>	41
1.3 Horizontes Procedimentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro....	46
1.3.1 <i>Escassez Normativa</i>	47
1.3.2 <i>Fases do Processo Estrutural</i>	48
1.3.3 <i>Flexibilização Procedimental</i>	51
1.3.4 <i>Representatividade Adequada</i>	56
1.3.5 <i>Métodos Consensuais</i>	58
2. DEMONSTRANDO A PROBLEMÁTICA: CENÁRIO FÁTICO-NORMATIVO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL	62
2.1 Panorama Fático do Saneamento Básico no Brasil: Déficit de Cobertura e suas Consequências	65
2.2 Regime Jurídico do Saneamento Básico no Brasil.....	72
2.3 A Lei nº 14.026/2020 – “Novo Marco Legal do Saneamento Básico”.....	80
2.4 Potenciais Ameaças Provenientes da Abertura à Iniciativa Privada	84
2.5 Atuação e Controle das Entidades Privadas no Setor de Saneamento Básico.....	88

2.6 Desafios à Universalização do Saneamento Básico.....	95
2.6.1 <i>Baixo Engajamento Popular</i>	96
2.6.2 <i>Falta de Aplicação dos Recursos Previstos no Orçamento</i>	99
2.6.3 <i>Conflito de Competências entre Estados e Municípios</i>	104
2.6.4 <i>Complexidade na Cobertura de Comunidades Marginalizadas</i>	107
3. COLOCANDO A TEORIA EM PRÁTICA: O PROCESSO ESTRUTURAL A SERVIÇO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL	110
3.1 Elementos para uma Boa Decisão Estruturante e uma Consequente Execução Frutífera	110
3.2 O Papel do Ministério Público	117
3.2.1 <i>As Ferramentas Extrajudiciais de Enfrentamento de Litígios Estruturais</i>	119
3.2.2 <i>A Postura Resolutiva do Parquet</i>	122
3.2.3 <i>A Responsabilização dos Agentes Políticos Omissos</i>	124
3.3 A Importância da Participação Popular	128
3.3.1 <i>Os Fundamentos do Controle Social de Políticas Públicas</i>	129
3.3.2 <i>A Atuação da Defensoria Pública como Custos Vulnerabilis</i>	134
3.3.3 <i>A Experiência e o Exemplo na Colômbia</i>	136
3.4 O Papel das Agências Reguladoras no Controle da Prestação dos Serviços Abrangidos pelo Bloco do Saneamento Básico	139
CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146